COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

PROJETO DE LEI Nº 7.083, DE 2014

Dispõe sobre a produção de polpa e suco de frutas artesanais em estabelecimento familiar rural e altera a Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994.

Autor: Deputado Alceu Moreira

Relator: Deputado Luiz Nishimori

I - RELATÓRIO

O Excelentíssimo Deputado Alceu Moreira apresentou o Projeto de Lei nº 7.083/2014, que “dispõe sobre a produção de polpa e suco de frutas artesanais em estabelecimento familiar rural e altera a Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994”.

A proposição tem dois objetivos: o primeiro é simplificar os canais de comercialização da produção em regime familiar de polpa e suco de frutas; o segundo objetivo é alterar a Lei nº 8.918/94, para permitir que as atividades de inspeção e fiscalização da

produção e do comércio de bebidas possam ser objeto de convênios, ajustes ou acordos celebrados entre o Governo Federal e órgãos e entidades dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Argumenta o ilustre parlamentar que os agricultores familiares são extremamente desestimulados a processar a matéria prima na propriedade, o que se dá em razão de exigências legais que considera despropositadas.

Pelo despacho da Mesa dessa Casa, o Projeto de Lei será apreciado de forma conclusiva pelas Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; e Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Nessa Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural foi designado como Relator o Deputado Luiz Nishimori, que ora profere o parecer.

Aberto o prazo para emendas, não foram apresentadas.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Em primeiro lugar, é preciso destacar a importância de se incentivar a agricultura familiar brasileira, que exerce papel fundamental para melhoria das condições sociais, econômicas e ecológicas no país. É a agricultura familiar responsável por grande parte de nossa segurança alimentar, pela permanência do homem

no campo, dentre tantos outros benefícios. A própria Constituição Federal de 1.988 estabelece que a agricultura familiar deve ser considerada basilar em nossa política agrícola (art. 187).

No entanto, por razões claras, não possui o agricultor familiar condições de enfrentar todo o complexo procedimento para constituição empresarial e comercialização da polpa e do suco de frutas.

Dessa forma, simplificar esse procedimento para a pequena agroindústria é medida adequada a estimular a produção familiar, impulsionar o desenvolvimento local e, ao mesmo tempo, levar à população um produto natural e saudável.

No entanto, essa simplificação não pode ocorrer ao alvedrio das normas que visam garantir a qualidade do alimento, razão pela qual haverá um responsável técnico e deverão ser respeitados alguns pressupostos previstos nas Leis nº 8.918/94 e nº 7.678/88.

Ademais, optamos pela emenda em anexo, a estimular a formação de cooperativas por esses produtores, o que, além de viabilizar um maior ganho social e econômico aos agricultores familiares, irá facilitar a fiscalização pelos órgãos responsáveis. Por essa razão, adicionamos o parágrafo único ao artigo 1º da proposição.

Dessa forma, acreditamos que a proposição irá atender as demandas do agricultor familiar e do consumidor: aquele terá mais facilidade para produzir; este terá acesso a um alimento local e que contribuiu para uma alimentação saudável e balanceada.

Por fim, o art. 8º da proposição em análise, que irá alterar a Lei 8.918/94, permitindo a celebração de convênios para que a

atividade fiscalizatória fique a cargo de órgãos e entidades estaduais, municipais e distritais.

Tem-se que a medida é condizente com uma fiscalização mais adequada, na medida em que viabilizará, por meio do devido convênio, que os órgãos mais próximos ao local de produção sejam encarregados da fiscalização.

Pelo exposto, meu voto é pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 7.083, de 2014, com a emenda que apresentamos em anexo.

Sala da Comissão, em 01 de junho
de 2015.

Deputado Luiz Nishimori
Relator

PROJETO DE LEI Nº 7.083, DE 2014

Dispõe sobre a produção de polpa e suco de frutas artesanais em estabelecimento familiar rural e altera a Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994.

EMENDA DE RELATOR

Art. 1º Dê-se ao parágrafo único do art. 1º do Projeto de Lei n. 199/15 a seguinte redação:

“Art.1º.....

Parágrafo único: O disposto nesta Lei aplica-se às cooperativas e associações formadas exclusivamente por agricultores familiares.”

Sala da Comissão, em 01 de junho de 2015.

Deputado Luiz Nishimori